

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 29ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/5/2025

Presidência do Deputado Tadeu Leite e da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 70/2025; Requerimentos nºs 11.382, 11.383, 11.385 a 11.400, 11.403 a 11.406, 11.408, 11.410 a 11.420, 11.422, 11.423, 11.426 a 11.430, 11.432 e 11.436/2025 – Oradores Inscritos: Discurso do deputado Leleco Pimentel – Questão de Ordem – Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Composição da Mesa – Palavras do Presidente – Registro de Presença – Entrega de Placa – Palavras do Deputado Marcelo Santos – Reabertura dos Trabalhos Ordinários – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Alencar da Silveira Jr. – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bim da Ambulância – Cassio Soares – Cristiano Silveira – Doorgal Andrada – Gil Pereira – Grego da Fundação – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lincoln Drumond – Lohanna – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Rafael Martins – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Marquinho Lemos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Leleco Pimentel, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício da Universidade Estadual de Montes Claros, que presta informações relativas ao Requerimento nº 8.993/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.993/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que presta informações relativas ao Requerimento nº 10.179/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.179/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que presta informações relativas ao Requerimento nº 10.184/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.184/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que presta informações relativas ao Requerimento nº 10.189/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.189/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que presta informações relativas ao Requerimento nº 10.565/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.565/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, que presta informações relativas ao Requerimento nº 10.639/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 10.639/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, que solicita prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 10.656/2025. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

A presidenta – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/2025

Concede o título de Cidadã Honorária do Estado a Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica concedido a Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues o título de Cidadã Honorária do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de abril de 2025.

Mesa da Assembleia.

– Publicado, inclui-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753, de 2020.

REQUERIMENTOS

Nº 11.382/2025, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a instalação de sinalizadores e redutores de velocidade na Rodovia MG-202, no trecho que liga o Município de São Romão a Brasília de Minas, especificamente no trevo de acesso à cidade de São Francisco; e seja encaminhado ao referido órgão o Ofício nº 10/2025, do vereador Sólton Batista Cavalcanti Filho, da Câmara Municipal de São Romão. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.383/2025, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Congresso Nacional pedido de providências para a rejeição do Veto nº 4/2025, referente ao Projeto de Lei Federal nº 2.687/2022, que classifica a diabetes tipo 1 como deficiência. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 11.385/2025, do deputado Ricardo Campos e outros, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ignácio Agero Hernandez, peça-chave nas mobilizações sindicais históricas e na fundação do Partido dos Trabalhadores, por sua trajetória de vida marcada por dedicação incansável à justiça social, aos direitos dos trabalhadores e à construção da democracia no Brasil. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 11.386/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de informações sobre os dados da Comissão de Conflitos Fundiários e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais, e de Grande Repercussão Social – Cejusc Social – relativos aos conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado, especificando-se o número de processos nos quais a comissão e o centro atuaram, de janeiro de 2020 até maio de 2025, discriminados ano a ano e por município e região, número de pessoas envolvidas, tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana – e desdobramentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.387/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC – e à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre o quantitativo dos atuais conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais existentes no Estado, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.388/2025, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre os dados do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica – Compor – relativos aos conflitos fundiários urbanos, agrários e socioambientais no Estado, especificando-se o número de processos nos quais o centro atuou desde a sua instituição, em setembro de 2021, por meio da Resolução PGJ nº 42, discriminados ano a ano e por município e região, número de pessoas envolvidas, tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana – e desdobramentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.389/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações consubstanciadas no cronograma físico-financeiro de aplicação em mobilidade dos recursos decorrentes do acordo de reparação de Brumadinho, indicando os municípios beneficiados, as obras executadas e os valores aplicados em cada um deles. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.390/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Agência de Desenvolvimento da Região

Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para a realização e a apresentação de estudo aprofundado sobre a viabilidade e os diferentes modelos de implementação da Tarifa Zero no transporte público intermunicipal e metropolitano do Estado, incluindo análise de impactos sociais, ambientais, econômicos e financeiros, bem como alternativas de fontes de custeio. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.391/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que seja realizado estudo sobre o impacto financeiro da precariedade da mobilidade para o Estado, bem como sobre a projeção dos potenciais ganhos econômicos e fiscais com investimentos estratégicos no setor. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.392/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações consubstanciadas em documento contendo diagnóstico detalhado e atualizado dos principais desafios da mobilidade urbana e rural no Estado, incluindo dados de infraestrutura, demanda, qualidade dos serviços, acidentes e custos diretos e indiretos decorrentes da situação de precariedade apresentada. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.393/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a realização e a apresentação de estudo de viabilidade técnica, econômica, social e jurídica para a implementação de um sistema estadual único de mobilidade, com proposição de modelo de governança e cronograma em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Nº 11.394/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a realização e a apresentação de estudos, levantamentos e estatísticas sobre o número de vidas que são perdidas em decorrência da infraestrutura precária de transporte e o número de vidas que poderiam ser salvas por meio de maiores investimentos em mobilidade. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.395/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para a elaboração de planos e a alocação de recursos para incentivo, expansão e melhoria da infraestrutura para pedestres e ciclistas, como calçadas acessíveis, ciclovias e ciclofaixas, promovendo a mobilidade ativa e segura. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.396/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para a criação de um portal de transparência com acesso fácil e unificado a dados sobre investimentos, planejamentos, operações dos serviços e indicadores de qualidade relativos à infraestrutura de transporte e mobilidade no Estado; bem como para a criação de mecanismos permanentes de participação e controle social. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.397/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a realização e a apresentação de um plano de trabalho conjunto visando à melhoria da infraestrutura viária rural e da logística de escoamento da produção agropecuária no Estado, de modo a reduzir perdas e custos e garantir o acesso a alimentos. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.398/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as fontes atuais de financiamento da mobilidade urbana no Estado, apresentando-se estudo sobre a viabilidade e o potencial de novas fontes de receita para um fundo estadual de mobilidade sustentável, tais como parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, taxas sobre plataformas de transporte por aplicativo, recursos de multas e outorgas urbanas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.399/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH – pedido de providências para que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida nos ônibus do sistema Move da RMBH. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.400/2025, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, em que requer seja encaminhado à Mesa pedido de realização de consulta pública no *site* desta Casa sobre o Projeto de Lei nº 1.208/2023, que institui a política estadual de subsídios para o transporte público de passageiros e mobilidade urbana e rural e cria o Fundo Estadual para Mobilidade Urbana e Rural. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.403/2025, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Divina Terra pelos 10 anos de atuação, transformando a cerâmica vermelha e a madeira em produtos artesanalmente sofisticados. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 11.404/2025, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rodrigo de Castro Bernardes pelos relevantes serviços prestados na área da saúde como médico cirurgião cardiovascular. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.405/2025, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luciano Roberto Pinheiro da Costa pelos relevantes serviços prestados na área da saúde como médico hematologista. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.406/2025, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Carlos Antônio Garrido pelos relevantes serviços prestados na área da saúde como médico ortopedista. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.408/2025, da deputada Carol Caram, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sistema Faemg Senar, com a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. – Cooxupé –, com o Sindicato dos Produtores Rurais de Guaxupé, com a vereadora Maria José Cyrino, da Câmara Municipal de Guaxupé, e com a Sra. Alice Fukumoto Queiroz pela realização do 3º Encontro de Produtoras Rurais de Guaxupé, ocorrido no Sítio Jabuti. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 11.410/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações consubstanciadas em documentos com a relação de todos os imóveis de propriedade ou posse do Estado e de suas autarquias, fundações públicas, empresas estatais e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e a descrição detalhada de cada um; a relação dos imóveis, com a descrição detalhada de cada um e a indicação de propriedade, que o governo do Estado pretende inserir nas operações a serem autorizadas por meio dos Projetos de Lei nºs 3.733 e 3.738/2025, quais sejam, transferência para a União para fins de pagamento da dívida apurada no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag – e recebidos de empresa estatal como forma de pagamento de dividendos ou redução de capital ou cujos recursos financeiros obtidos com a operação poderão ser destinados à amortização da dívida ou ao cumprimento das obrigações do Estado no âmbito do Propag. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.411/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a relação das empresas estatais cujas participações do Estado poderão ser objeto de transferência para a União

ou para entidade por ela controlada, para fins de pagamento da dívida apurada no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, conforme pretendido pelo governo do Estado por meio da apresentação do Projeto de Lei nº 3.736/2025. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.412/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre indenizações e compensações pagas, por comunidade, tipo de dano e número de atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão ainda sem reparação financeira, com a identificação dos principais entraves ao pagamento. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.413/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Agência Nacional de Águas – ANA – e ao diretor-presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre a qualidade da água no Rio Doce e nos demais cursos hídricos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 11.414/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Mariana e ao prefeito municipal de Barra Longa pedido de informações sobre os dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino local, conforme o Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. (– À Comissão de Educação.)

Nº 11.415/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e ao presidente da Fundação Renova pedido de informações sobre as ações de preservação, salvaguarda ou compensação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, com ênfase em bens históricos, festas religiosas e saberes tradicionais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 11.416/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova, ao procurador-geral da República, ao defensor público-geral da Defensoria Pública da União – DPU – e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF6 – pedido de informações sobre os canais de participação das pessoas atingidas, o funcionamento das comissões locais e regionais, o apoio às assessorias técnicas independentes, a governança do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, e as medidas para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto nesse acordo. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 11.417/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a qualidade da água no Rio Doce e nos demais cursos hídricos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, a situação dos sistemas de abastecimento nas comunidades e o plano de monitoramento hídrico. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.418/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – em Minas Gerais, ao presidente da Fundação Renova e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – pedido de informações sobre as ações de recuperação ambiental de recomposição da vegetação nativa, restauração dos cursos d'água, monitoramento de contaminação dos solos e dos rios e proteção da biodiversidade e sobre o cumprimento das metas de compensação ambiental previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 11.419/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Renova, ao presidente da Samarco Mineração S.A., ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 –, ao procurador-geral da República e ao defensor público-geral da Defensoria Pública da União – DPU – pedido de informações sobre o cumprimento do Anexo 2 do Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, que disciplina as indenizações individuais a pessoas

físicas e jurídicas de pequeno porte, substituindo os programas anteriores (Cadastro, PIM, Pafê e Novel), com esclarecimentos sobre denúncias de alterações unilaterais nas regras sem participação das pessoas atingidas e sobre as medidas adotadas para garantir transparência e efetividade à reparação.

Nº 11.420/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao defensor público-geral da Defensoria Pública da União – DPU –, ao presidente da Fundação Renova e ao presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 – pedido de informações sobre indenizações e compensações pagas, por comunidade, tipo de dano e número de atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão ainda sem reparação financeira, com a identificação dos principais entraves ao pagamento. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 11.422/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os dados relativos ao acesso à educação nos reassentamentos, à disponibilidade de transporte escolar e à infraestrutura das unidades escolares da rede pública de ensino nas localidades do Estado atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.423/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de unidades habitacionais entregues e pendentes nos reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; os prazos de conclusão; a qualidade da infraestrutura; e as medidas de acompanhamento social às famílias reassentadas no contexto do processo de reparação relativo ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.426/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre as ações de preservação, salvaguarda ou compensação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, com ênfase em bens históricos, festas religiosas e saberes tradicionais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.427/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral pedido de informações sobre os canais de participação das pessoas atingidas, o funcionamento das comissões locais e regionais, o apoio às assessorias técnicas independentes, a governança do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, e as medidas para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme previsto nesse acordo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.428/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre as ações de recuperação ambiental de recomposição da vegetação nativa, restauração dos cursos d'água, monitoramento de contaminação dos solos e dos rios e proteção da biodiversidade e sobre o cumprimento das metas de compensação ambiental previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.429/2025, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e à defensora pública-geral pedido de informações sobre o cumprimento do Anexo 2 do Acordo de Repactuação da Bacia do Rio Doce, que disciplina as indenizações individuais a pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, substituindo os programas anteriores, como Cadastro, PIM, Pafê e Novel, esclarecendo-se as denúncias de alterações unilaterais nas regras sem participação das pessoas atingidas e as medidas adotadas para garantir transparência e efetividade na reparação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.430/2025, do deputado Grego da Fundação, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Cristiane Nunes Martins pelos relevantes serviços prestados na área da saúde como médica cardiologista pediátrica. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 11.432/2025, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e ao coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais pedido de informações sobre os dados de atendimento e de atuação no enfrentamento do superendividamento de consumidores mineiros. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.436/2025, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução físico-financeira das ações e dos programas relativos à educação no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, referentes ao período de 2019 a 2024, com indicação daqueles relacionados ao cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação – PEE. (– À Mesa da Assembleia.)

Oradores Inscritos

O deputado Leleco Pimentel – Minha saudação de boa tarde à presidenta Leninha, ao deputado Marquinho Lemos e ao deputado Grego da Fundação. Subo à tribuna para falar da importância desta reunião, que daqui a pouco, vai se transformar em uma reunião solene para receber o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Nós estivemos na Assembleia do Espírito Santo diversas vezes, nos anos de 2023 e 2024 mais detidamente, para representar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais na Cipe Rio Doce. A Cipe Rio Doce foi criada no ano de 1999, para poder cuidar... Trata-se de uma comissão interparlamentar interestadual para a promoção de estudos sobre a Bacia do Rio Doce, que, criada desde 1999, teve este esforço de manter unidas as duas Casas Legislativas de estados importantes do Sudeste brasileiro. Foi em razão do crime da Vale e da Samarco que esta Cipe, além de toda a história... Eu me lembro de que, à época, o deputado Ivo José foi um dos incentivadores nesta Casa. Depois do crime, foi exatamente esta comissão interparlamentar que, como um lugar comum entre as duas Assembleias, nos permitiu avançar neste Parlamento e tratar dos temas da Bacia do Rio Doce.

Então externamos a nossa alegria de ter nesta Casa, hoje, os dois presidentes – o da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e o da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – para podermos dar prosseguimento a este importante lugar de cuidar da repactuação do Rio Doce, que é a Cipe Rio Doce. Eu já vejo aqui os dois presidentes, de modo que nós estamos aqui também fortalecendo o papel desta Assembleia. Nós pudemos ouvir muitas pessoas durante o processo de repactuação, junto com a Comissão Externa de Mariana e Brumadinho – Cexmabru –, também formalizada no âmbito da Câmara dos Deputados. Fizemos um excelente trabalho, desde o debate público até as audiências todas, e, sob a presidência da deputada Janete, da Assembleia do Espírito Santo, que nos liderou, pudemos trazer também a nossa contribuição enquanto coordenador.

Neste momento, nós temos a recomposição da nossa Cipe Rio Doce já publicada pela Assembleia Legislativa de Minas, e teremos boas notícias de que a Assembleia do Espírito Santo também o fará para que possamos convocar as eleições, a fim de que a Cipe dê cabo agora de dar sua contribuição junto às instituições de Justiça, junto ao governo federal, junto aos atingidos e atingidas, pescadores e agricultores familiares de Minas e do Espírito Santo. Lembramos que os mariscadores, aqueles que cuidam da pesca no Estado do Espírito Santo, desde quando aconteceu o crime, tiveram seus direitos ao rio e à pesca prejudicados. Nós teremos o mesmo compromisso em Minas Gerais. Por essa razão, é um dia muito importante este em que se encontram os dois presidentes neste nosso ambiente de luta, que é a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Por esta razão, presidenta Leninha, faço este pronunciamento de boas-vindas. Falei também com os deputados do Estado do Espírito Santo sobre a nossa alegria em poder, a partir deste encontro de hoje, que é uma sessão solene, reafirmar o compromisso desta Assembleia Legislativa com a repactuação, com a regeneração e com o cuidado com os que mais sofreram com o crime da Vale, da BHP e da Samarco. Então a Cipe Rio Doce está na ordem do dia para que nós possamos, junto com a Assembleia do Espírito Santo, dar cabo desta grande tarefa e desta contribuição dos deputados aos atingidos. Muito obrigado. Devolvo a palavra, parabenizando, mais uma vez, a Assembleia por este encontro das Assembleias de Minas e do Espírito Santo nesta tarde.

Questão de Ordem

O deputado Grego da Fundação – Muito obrigado, presidente Leninha. Cumprimento os demais deputados e deputadas. Apenas para registrar que amanhã, dia 16 de maio, a cidade de Muriaé estará comemorando 170 anos de emancipação, graças ao seu povo hospitaleiro, que tem um acolhimento tão caloroso quanto o clima da nossa cidade de Muriaé. Parabéns a você, muriaeense de nascimento, ou a você, muriaeense que permitiu que a cidade nascesse dentro de você. Muito obrigado, presidente.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Tadeu Leite) – A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente – Destina-se esta parte da reunião a receber o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, deputado Marcelo Santos, e prestar homenagem pelos 190 anos dessa instituição.

Composição da Mesa

O presidente – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. deputado Marcelo Santos, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Marcelo Santos é um experiente gestor público, que, ao longo de sua carreira, acumulou experiência em diferentes esferas do setor público, com passagem por cargos técnicos e de liderança. Com sólida trajetória política, exerce atualmente o seu 6º mandato consecutivo como deputado estadual, ocupando a presidência da Assembleia do Estado do Espírito Santo.

Palavras do Presidente

A presidência, primeiramente, agradece a presença de todos os deputados e de todas as deputadas nesta tarde de hoje, nesta tarde, de certa forma, festiva, porque estamos recebendo o presidente da Assembleia do Espírito Santo. É com grande alegria que recebemos hoje, em nossa Casa, a visita do nosso deputado Marcelo, presidente da Assembleia do Espírito Santo, um parlamentar que se destaca por sua trajetória admirável na vida pública, atualmente em seu 6º mandato legislativo.

Tenho tido a satisfação de compartilhar com o nosso presidente e amigo Marcelo alguns importantes espaços de interlocução, como a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – Unale – e o Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas Estaduais, no qual fomos recentemente eleitos, o deputado Marcelo e eu, respectivamente, vice-presidente e secretário-geral. O deputado Alencar da Silveira Jr. e o deputado Zé Laviola estão ali também e participaram de toda essa construção. Esses dois colegiados são fundamentais para a defesa dos interesses compartilhados pelos Poderes Legislativos e para o fortalecimento do nosso papel no cenário nacional. Lá buscamos aprimorar a eficiência da nossa atuação não só em nossos estados, mas também além das fronteiras, na discussão de pautas comuns e na busca de soluções que podem replicar e servir de exemplo para outros parlamentos. Além da proximidade geográfica e cultural, temos muitos objetivos comuns quanto à promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar de toda a nossa população.

Em recente visita que fiz ao Espírito Santo, tive a oportunidade de discutir com ele e, inclusive, com o governador do Estado do Espírito Santo, Casagrande, algumas questões, avançando na construção de propostas conjuntas para uma partilha justa de investimentos, por exemplo, na malha ferroviária nacional, tema que nos afeta diretamente. Dividimos também a preocupação com os efeitos da crise climática. Estamos, ambos os estados, empenhando esforços em políticas públicas e ações concretas para um futuro mais sustentável e resiliente de convivência com esse cenário global.

No que se refere especificamente ao nosso Poder Legislativo, os Parlamentos capixaba e mineiro têm em comum um firme compromisso com a transparência, a inovação e a sustentabilidade e constituem cada um, à sua maneira, autênticas referências para as demais Casas legislativas do País. Por todos esses motivos, é com muita satisfação que, em nome dos deputados e das deputadas desta Casa, somamos a voz do povo mineiro às merecidas comemorações pelos 190 anos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Saudamos, caro amigo, na sua pessoa, todos os parlamentares do seu Estado e todo o povo capixaba, reforçando os elos de amizade e cooperação entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Quando o propósito é o bem comum, cada um tem um papel fundamental. Que possamos frutificar essa parceria com foco no fortalecimento dos legislativos estaduais, mas, sobretudo, no desenvolvimento de iniciativas que atendam a demandas da população e contribuam para a melhoria da sociedade mineira e capixaba.

De certa forma, caro presidente Marcelo, nós estamos aqui hoje, no meio da nossa reunião ordinária, que foi suspensa, para fazer esta justa homenagem não só ao Parlamento capixaba do Espírito Santo, como também a V. Exa. pelo trabalho que vem fazendo à frente do nosso Parlamento. É um deputado experiente, pois está no sexto mandato. Também, de certa forma, cara deputada Beatriz, ele faz um trabalho parecido com o nosso, claro, de independência da Casa, de fortalecimento do Parlamento, obviamente dialogando com todos, com todos os lados. Foi assim, lado a lado com cada um de vocês, que aprendemos a construir a vida pública.

Através dos deputados aqui presentes, caro presidente Marcelo, sintam-se abraçados por todos os 77 deputados e deputadas da nossa Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra e agradece a presença, em Plenário, do deputado federal Padre João – bem-vindo, Padre João.

Entrega de Placa

O presidente – Neste momento, eu gostaria de convidar o nosso presidente Marcelo Santos para descermos para o local de destaque para a entrega da placa de homenagem pelos 190 anos de existência da Assembleia, reconhecendo e celebrando suas contribuições para o aprimoramento do Poder Legislativo e a consolidação da sua democracia.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Deputado Marcelo Santos

Primeiro, boa tarde. Estou muito feliz em estar aqui, nesta Casa de leis, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Quero cumprimentar o presidente Tadeu e a deputada Leninha, 1ª-vice-presidente. Por meio dessas duas figuras importantes, cumprimento as demais deputadas e os demais deputados. Vou me apresentar para vocês. Sou Marcelo Santos, deputado estadual do Estado do Espírito Santo.

O Espírito Santo é um estado que é parede e meia, como dizem os baianos, com o Estado de Minas Gerais. Ficamos muito felizes quando vocês, mineiros, vão lá utilizar o nosso litoral como a segunda casa de vocês. Muitos mineiros têm casa no nosso estado, e muitos capixabas vieram para cá e estão aqui, no Parlamento, ou têm parentes no Parlamento. Sou deputado estadual, estou no sexto mandato consecutivo. Fui vereador, o que foi a porta de entrada na minha vida pública, pelo Município de Cariacica, onde o nosso padre tem um amigo, que é o deputado federal Helder Salomão. Ele também foi vereador na cidade de Cariacica, foi deputado estadual comigo e hoje é deputado federal, além de ter sido prefeito da cidade. Fui 1º-secretário da Mesa diretora, fui vice-presidente por três mandatos, na Assembleia, e estou, pela segunda vez consecutiva, presidente. Fui reeleito por unanimidade. Essa é a primeira vez que alguém se reelege por unanimidade nos 190 anos de existência da Assembleia.

Sempre faço questão de apresentar a minha posição ideológica, porque hoje, diferentemente do tempo em que entrei na vida pública, não existia a ideologia como o ponto principal dos grandes debates. Acredito que a gente tem que voltar para esse tempo. Entendo que a ideologia é fundamental, e todos nós a temos cravada no nosso peito, mas ela não pode ser o principal ingrediente das principais discussões, como a repactuação de que estamos tratando com relação aos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Se nós colocarmos ali uma pitada a mais da ideologia partidária, meu padre, naturalmente essa repactuação não sairia do papel nem muito menos alcançaria os objetivos que nós temos. Por mais que ela ainda não tenha o modelo perfeito, saiu algo que pode compensar os impactos causados, que jamais serão sanados, tanto aqui, no Estado de Minas, como lá, no Estado do Espírito Santo.

Isso é muito importante, porque nós temos problemas estruturantes enormes no nosso país, e aqui, em Minas Gerais, isso não é diferente, e no Espírito Santo isso também não é diferente. A ideologia não pode falar mais alto. Volto a dizer: todos nós temos cravados no peito o nosso viés ideológico, a nossa posição, as nossas convicções, mas isso não é maior que as demandas apresentadas pela sociedade. Em um país que produz alimento “para caramba”, ainda há dezenas de milhares de cidadãos brasileiros, homens e mulheres, que ainda passam fome, e a gente parou o País recentemente para discutir a cor da camisa da Seleção Brasileira, enquanto um bocado de gente ainda passa fome em Minas Gerais, no Espírito Santo e no Brasil. Pautas como essas são colocadas como prioritárias em detrimento de um bocado de demandas que temos, como, por exemplo, a fome de dezenas de milhares de miseráveis que vivem abaixo da linha da pobreza.

Mas não vim falar de ideologia, vim falar da relação institucional das assembleias brasileiras. Esse colegiado de presidentes é muito importante, porque ele consegue tratar do que os governadores tratam, da pauta dos estados, levando-a para o seio do governo federal, levando-a para as casas legislativas, Câmara e Senado. E as assembleias, durante um bom tempo, ficaram paralisadas nessa discussão. Fui eu que pautei isso lá na Unale, que é a organização que nos representa – representa tanto o Parlamento quanto os parlamentares. Aí o presidente da Assembleia de Goiás acabou pedindo para que ele fosse... Primeiro, é uma gestão bipartida: ele vai presidir agora no primeiro semestre, e, no segundo semestre, eu vou presidir o colegiado de presidentes. Nós podemos fazer um debate muito legal, levando em consideração tudo isso que existe nos nossos estados, ouvindo os presidentes e, naturalmente, ouvindo os parlamentares. Num estado grande como este, por exemplo, nós temos várias Minas Gerais em cada município e naturalmente nós não podemos tratar de forma igualitária os diferentes – o que é numa cidade não pode ser igual a uma outra. É por isso que esta Casa é a casa que mantém a democracia, porque ela ouve o cidadão e reflete o sentimento dele aqui no Parlamento. Aí entendo que a lógica do Parlamento é justamente essa.

Mas eu queria vender um pouco o meu peixe, presidente Tadeu. Eu o recebi com muita satisfação lá na nossa reunião, no almoço que nós fazemos, num encontro com todos os deputados, inclusive com o deputado federal, o líder da bancada – no dia também estivemos com o nosso governador Renato Casagrande –, para mostrar que temos as nossas convicções e posições, mas, quando se trata do desenvolvimento econômico e social do nosso estado, as nossas ideologias ficam de lado. Aí é o povo que é a primeira intenção, que é o objetivo, tanto ao votar quanto ao devolver para o governo projetos importantes que visam melhorar a vida das pessoas.

Mas nós somos a primeira assembleia digital do País. Isso não aconteceu depois da covid. Depois da covid, todo mundo se tornou digital porque foi obrigatório, diante do que ocorreu. Nós já havíamos tratado disso em 2017 – eu liderei isso quando eu era vice-presidente da Assembleia Também fizemos uma coisa muito legal e que eu quero sugerir aqui ao nosso presidente Tadeu: nós fizemos um programa chamado Revisa Ales. O Revisa Ales visava fazer uma revisão das normas – normas inconstitucionais, em desuso, obsoletas; normas que não produziam nenhum efeito positivo para a sociedade, com reflexo, na verdade muito negativo, gerando insegurança jurídica no arcabouço jurídico do estado. Então nós fizemos o Revisa Ales e colocamos no lixo mais de dez mil normas, como eu disse, em desuso, obsoletas, inconstitucionais, garantindo uma segurança jurídica muito legal lá no Estado do Espírito Santo.

Também criamos o Assembleia Cidadã. Não ultrapassamos os limites da competência legal do Poder Legislativo, mas nós temos lá a procuradoria da mulher, com apoio... E é uma mulher que lidera a procuradoria da mulher. Nós temos a Defensoria Pública, que nos auxilia; nós temos a delegacia da mulher. Fazemos discussões no estado inteiro com o apoio do juizado também, com o apoio do Judiciário. Nós temos também o Procon lá na Assembleia Legislativa funcionando, atendendo o cidadão; temos a delegacia de defesa do consumidor; temos um posto de identificação para que os cidadãos também tenham a sua identidade, a segunda via. Enfim, prestamos uma gama de serviços dentro da Assembleia, tornando-a mais cidadã e, ao mesmo tempo, com um objetivo único,

porque normalmente o cidadão não consegue enxergar o verdadeiro papel que tem o parlamentar e a Assembleia Legislativa. As pessoas confundem muito os papéis.

Temos feito um trabalho muito bacana lá – nós o iniciamos agora –, que é a formação de jovens, dando a eles a condição de conhecimento. É uma escola de formação e gestão para jovens. Fiz uma aula inaugural com mais de setecentos e cinquenta alunos, jovens do nosso estado. Depois nós vamos popularizar isso, levando para as regiões do Espírito Santo – Norte, Sul, Noroeste, região serrana –, para que eles possam primeiramente ter um conhecimento de qual é o papel do deputado, do que o deputado faz para melhorar a vida dele – dele enquanto morador de um bairro, morador de uma rua, morador de uma cidade e do estado. Para saberem qual é o papel da Assembleia, a importância dela, o protagonismo dela. Isso no único intuito de que, se eles souberem o papel de cada um – o papel do vereador, do prefeito, do deputado, do governador, do senador – eles vão saber votar mais e melhor. E, ao votarem melhor, naturalmente, nós teremos um parlamento muito mais forte. Ao mesmo tempo, falamos um pouco de gestão. Qual é o papel do prefeito e como uma gestão moderna e eficiente produz bons resultados para uma sociedade. Iniciamos isso.

Mas temos outro programa que foi premiado, inclusive na Unale. A Joelma, secretária da Casa dos Municípios, me acompanha nesse projeto junto com o Juliano, secretário de Relações Institucionais. Nós desenvolvemos um programa, e é muito legal, pois vemos uma similaridade muito grande com o Estado de Minas Gerais. Nós fazemos coisas comuns, principalmente na agricultura. Refiro-me ao projeto chamado Arranjos Produtivos. O que significa isso? Significa levar muda, calcário, estufa para produzir morango ou aquele macacão para quem faz o cultivo, por exemplo, de mel? Não! Nós levamos principalmente conhecimento, para que o agricultor, especialmente o do Espírito Santo e o de Minas Gerais, onde há uma vocação muito forte para a cultura do café, não fique dependente de uma única cultura.

Hoje o café está numa alta danada, num preço legal, e vai continuar assim durante um bom tempo, mas nós temos um problema grave. Nós temos uma oscilação climática extrema: chove demais, faz sol, e o calor em excesso faz o café florir antes do tempo, o que compromete a lavoura. Então o café já não sai com qualidade, o que compromete a lavoura e, conseqüentemente, a receita e a renda familiar do produtor. E nós estamos instruindo, levando conhecimento, para que os produtores possam diversificar a agricultura, com os nossos técnicos. Por meio de um programa, numa parceria com o governo do Estado, nós contratamos técnicos, através da Aderes, que é uma agência que existe no seio do governo. Esses técnicos levam conhecimento para aprimorar ainda mais a técnica do cultivo do café, mas também dão condição para que o produtor possa identificar mais quatro culturas e plantar na sua pequena lavoura. Nós estamos falando da agricultura familiar. Isso foi um sucesso muito grande e tem dado muito certo no Espírito Santo, pois, além de levarmos conhecimento, além de levarmos o técnico, além de diversificarmos, além de levarmos mudas e equipamentos, estamos auxiliando-os na constituição de associações e na regularização de pequenas agroindústrias. E, com a Aderes e o Sebrae, estamos levando capacitação para que eles possam, além de produzir, comercializar; e, ainda, ver onde comercializar, fazendo uma interface muito legal, por exemplo, com o Sindbares, que é o sindicato de restaurantes e bares, e com outras tantas potencialidades que existem no Espírito Santo. Então esse é também um projeto muito legal que a gente desenvolve na Assembleia Legislativa.

Mas, enfim, o meu objetivo aqui é estreitar a nossa relação. Hoje, ainda, eu entregarei nas mãos do nosso presidente Tadeu os nomes dos deputados da nossa Assembleia Legislativa que vão compor a Cipe Rio Doce. Ela era presidida por uma parlamentar da nossa Assembleia, a deputada Janete de Sá, e agora será presidida pelo nosso deputado. Inclusive, vale o registro: que estilo bonito, um estilo muito bacana! Brincadeiras à parte, essa relação que tem o Estado de Minas Gerais com o Estado do Espírito Santo precisa se fortalecer ainda mais, porque nós somos estados-irmãos. Fazemos divisa, temos uma boa relação, temos uma similaridade muito grande. Não temos relação díspar; elas são iguais, na maioria das vezes. E nós podemos produzir muitos e bons resultados unindo essa bancada, que é uma bancada grande, com a nossa bancada, que é bem menor. Nós somos 30 parlamentares. Nós temos apenas 4 milhões de habitantes no Estado do Espírito Santo todo, enquanto, em Minas Gerais, apenas na Grande Belo Horizonte, há 2 milhões

de habitantes. A metade dos habitantes do Espírito Santo estão aqui. E fazer essa aliança é muito importante para o Brasil, porque começa com a aliança da Assembleia, conseguindo chegar a uma aliança bacana com a bancada federal e com os dois governos, talvez não com objetivo igual.

O governador Renato Casagrande é de centro-esquerda, mas ele dialoga com todas as forças. Ele tem uma atividade bacana, ele não faz uma ação seletiva em que só destina recursos para as cidades que, conforme seu entendimento, são ligadas ao seu viés ideológico. Cidades que são lideradas pelo PL, cidades que são lideradas por partidos de direita, todas elas têm condição igual, até porque a Assembleia também é partícipe disso.

Nós somos o único estado do Brasil que tem um fundo soberano; nós temos um fundo soberano. Nós saímos da dependência da receita de *royalties* de petróleo; não somos mais dependentes. Fizemos uma história muito legal, porque o Espírito Santo, há pouco tempo, era um estado quebrado, cujos servidores estavam com o salário atrasado três meses. Existia uma greve de servidores da educação que já durava seis meses, e havia até um pedido de intervenção federal, Tadeu. Eu cheguei à Assembleia nessa época. O nosso amigo Alencar até se lembrou do ex-presidente José Carlos Gratz. Cheguei à época em que o Gratz ainda era deputado estadual e o governador era o José Ignácio. E nós, capixabas de nascimento e capixabas que, embora não tenham nascido no Espírito Santo, foram ao estado e lá fincaram raízes, construímos um novo estado e escrevemos uma nova história.

Antes o Espírito Santo estava quebrado, e hoje um estado pequeno como esse tem um orçamento de R\$32.000.000.000,00. Somos o único estado da Federação que realiza repasses de recursos de forma voluntária aos seus 78 municípios. Essa iniciativa possibilita que desenvolvam projetos que, muitas vezes, não teriam capacidade de desenvolver devido à falta de estrutura ou de quantitativo de servidores para elaborá-los e receber o dinheiro do estado. Então disponibilizamos recursos para projetos, incluindo recursos para enfrentar as mudanças climáticas, além de transferências voluntárias para investimentos em saneamento básico e infraestrutura em geral. Além disso, temos um programa na área da educação. Enfim, dividimos com todas as 78 cidades capixabas o recurso que arrecadamos, independentemente de posições ideológicas.

O estado cresceu, desenvolveu-se. Como Minas Gerais, o nosso estado também é um grande polo produtor de café. É o maior produtor de ovos do Brasil e o maior importador de veículos elétricos e de aeronaves de passeio. O Espírito Santo é um estado que precisa da mão e do braço de Minas Gerais e do Estado brasileiro. Não recebemos do governo federal o apoio que merecemos. Não estou falando do governo atual nem do governo anterior, mas de todos os governos. Contribuímos “pra caramba” para o crescimento da balança comercial, mas o governo federal não tem um olhar para o Espírito Santo, que produz tanto, mesmo sendo pequeno. Houve aquelas fortes chuvas que ocorreram no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. Proporcionalmente, no Espírito Santo, isso foi muito maior. Foram 13 cidades afetadas. A cidade de Mimoso do Sul foi a mais atingida. Se dependêssemos única e exclusivamente do braço do Estado do governo federal, como é o caso do Rio Grande do Sul, que tem uma dependência muito grande, não teríamos feito a recuperação da forma como fizemos. Isso foi realizado com recursos próprios. A Assembleia, inclusive, destinou recursos para isso. Na época, destinei recursos para o fundo da Defesa Civil, e resolvemos o nosso problema.

Termino minha fala agradecendo a oportunidade de estar aqui, nesta Casa de leis, liderada por esse camarada que admiro, Tadeu. Tenho certeza de que o futuro lhe reserva um espaço muito legal para transformar o Estado de Minas Gerais em um lugar melhor para se viver, ao lado de seus colegas que serão parceiros, independentemente da posição em que você for jogar. Muito obrigado.

O presidente – A presidência agradece a presença a todos os deputados e a todas as deputadas e, de forma muito especial, ao presidente da Assembleia do Espírito Santo, deputado Marcelo, querido amigo. Quero lhe dizer que a Assembleia está de portas abertas para todo o Estado do Espírito Santo e para a Assembleia do Espírito Santo. Você sabe disso. Não tenho dúvida de que, além dos projetos em que já estamos trabalhando conjuntamente, desenvolveremos outros tantos para ajudar, obviamente, o povo capixaba e o povo mineiro. Quero agradecer a presença a todos. Boa tarde a todos.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 16, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/5/2025

Às 9h43min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. Registra-se a presença do deputado Marquinho Lemos, membro da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater com a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais e o diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – a política de sucateamento dos serviços prestados pela Copasa. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Eliene Marques Fernandes Silva, vereadora da Câmara Municipal de Jordânia; Elane Luiz Alves, prefeita municipal de Berilo; Maria Silmária Alves da Silva, vice-prefeita municipal de Itinga; e dos Srs. João Luiz Teixeira Andrade, superintendente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor –, representando o diretor-presidente da Copasa; Felipe Gomes de Araújo, promotor de justiça e assessor especial do procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, representando o procurador-geral adjunto institucional; Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, prefeito municipal de Prata; Pedro Afonso Fernandes Filho, prefeito municipal de Itamarandiba; Ildo Arantes Coimbra, vereador da Câmara Municipal de Campina Verde; Eduardo Pereira de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – Sindágua; Cleber Bosco Padilha, vereador da Câmara Municipal de Alvorada de Minas; Bráulio Santos Rabelo de Araújo, defensor público, representando a defensora pública-geral do Estado; Geraldo Silva Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Padre Paraíso; Carlos Magno Dias Leal, vereador da Câmara Municipal de Itamarandiba; Ailton Ferreira de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Almenara; Albino Júnior Batista Campos, superintendente da Copasa, representando o diretor-presidente; Danilo Marinho Lamêgo Borges, vereador da Câmara Municipal de Araçuaí; Reginaldo Chaves Alves, vice-prefeito municipal de Almenara; Antônio Reginaldo Martins Moreira, prefeito municipal de Francisco Badaró; Marcos Ramos Cardoso, presidente da Câmara Municipal de Jordânia; José de Souza Brito Filho, vice-prefeito municipal de Jequitinhonha. Está presente, ainda, de forma remota, o Sr. Misael Dieimes de Oliveira, gerente de regulação operacional da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae –, representando a diretora-geral. O presidente, Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Carlos Henrique. Às 13h30min, a reunião é prorrogada por 2 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2025.

Leleco Pimentel, presidente – Beatriz Cerqueira – Grego da Fundação.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/5/2025

Às 9h6min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e o deputado Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Cleiton. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, a discutir e a votar proposições da comissão e definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do primeiro ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Câmara Municipal de São Francisco (um ofício em 17/4/2025); da Universidade do Estado de Minas Gerais (um ofício em 17/4/2025); do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 24/4/2025); e da Secretaria de Estado de Educação (dois ofícios em 24/4/2025, dois ofícios em 25/4/2025 e um ofício em 9/5/2025). Registra-se a presença dos deputados Luizinho e Lincoln Drumond e a saída do deputado Professor Cleiton. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 425/2023 na forma do vencido em 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 1.599/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 750/2019 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Ione Pinheiro); e 2.686/2024 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.041/2024, com a Emenda nº 1, votada em separado, que recebeu parecer por sua aprovação (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.914/2025, das deputadas Lohanna e Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton, Luizinho e Cassio Soares, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.738/2025, que autoriza o Estado, por intermédio do Poder Executivo, a transferir para a União a gestão da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg;

nº 13.918/2025, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Eurípedes Barsanulfo pelos 50 anos de história, dedicação e compromisso com a educação dos estudantes do Município de Sacramento;

nº 13.931/2025, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado em atenção ao Requerimento em Comissão nº 13.918/2025;

nº 13.948/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal em Manhuaçu pedido de providências para que, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 31/2025, que trata da adesão da Prefeitura de Manhuaçu ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, sejam adotadas todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 12.768, de 1998, em especial a determinação contida em seu art. 3º, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação prévia da avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar do município antes da autorização legislativa pela câmara municipal; para que sejam respeitados os princípios da administração pública e garantida à comunidade escolar acesso fácil e amplo a informações, dados e estudos relativos à proposta de adesão do município ao projeto Mãos Dadas; e para que seja realizada consulta prévia sobre o tema, com amplo debate, à comunidade escolar;

nº 13.952/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito municipal de Ribeirão das Neves pedido de informações sobre a adesão do referido município ao projeto Mãos Dadas, do governo do Estado, com os detalhamentos que especifica;

nº 13.953/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a oferta do transporte escolar para os alunos matriculados na rede estadual, no Município de Carangola, inclusive para os alunos com deficiência, especificando-se se está sendo prestada de forma regular, e, em caso positivo, o prazo do convênio ou instrumento jurídico em vigor, com encaminhamento à comissão de cópia do documento, e, em caso negativo, os motivos para a irregularidade na oferta do transporte escolar; e se há alguma pretensão de encerramento da oferta de transporte escolar para os alunos com deficiências matriculados na rede estadual de ensino, nesse município, conforme denúncia recebida pela presidência da comissão, por meio do Ofício nº 89/2025/SEC.LEG, enviado pela Câmara Municipal de Carangola, especificando-se, em caso positivo, qual é a motivação do encerramento da oferta de transporte escolar para os referidos alunos;

nº 13.954/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Carangola pedido de informações sobre a oferta do transporte escolar para os alunos matriculados na rede estadual do Município de Carangola, inclusive os alunos com deficiência, esclarecendo-se se o transporte está sendo ofertado de forma regular e se há alguma pretensão de encerramento do serviço, conforme denúncia recebida pela Presidência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio de ofício enviado pela Câmara Municipal de Carangola; e encaminhando-se a esta comissão cópia do instrumento jurídico vigente que rege a prestação do serviço ou justificativa para a sua não prestação ou previsão de encerramento, se for o caso;

nº 13.955/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da interrupção da oferta de transporte escolar no Município de Carangola, conforme denúncia feita pela câmara do município;

nº 14.000/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do fechamento, pela Secretaria de Estado de Educação, da Escola Estadual 13 de Maio, no Município de Uberlândia, para a comunidade escolar;

nº 14.001/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o fechamento da Escola Estadual 13 de Maio, situada no Bairro Martins, em Uberlândia, com indicação da motivação dessa secretaria e dos critérios por ela adotados para a prática desse ato, bem como da existência ou não de algum processo ou mecanismo de consulta prévia ou debate com a comunidade escolar, detalhando-se, em caso positivo, o mecanismo utilizado para a consulta ou debate e esclarecendo-se se houve anuência da comunidade escolar;

nº 14.013/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para o não fechamento da Escola Estadual 13 de Maio, situada no Bairro Martins, em Uberlândia, instituição com mais de 50 anos de história que atende, majoritariamente, estudantes oriundos de famílias de baixa renda e é considerada patrimônio cultural e educacional da comunidade escolar da região;

nº 14.026/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à prefeita municipal de Sarzedo pedido de informações sobre o prazo previsto para a regulamentação e execução da Lei nº 993, de 2024, sancionada pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Centro Integrado de Reabilitação e Estimulação do Neurodesenvolvimento, destinado ao atendimento de pessoas com transtorno do espectro autista – TEA – e com deficiências intelectuais no Município de Sarzedo;

nº 14.027/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sarzedo pedido de providências para criação de grupo de trabalho composto por representantes da prefeitura, da sociedade civil, de movimentos sociais, de familiares de alunos e colegiado de professores, com o objetivo de discutir as diretrizes da implementação da Lei nº 993, de 2024, do referido município;

nº 14.028/2025, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja enviada à Superintendência Regional de Ensino do Município de Araçuaí solicitação de averiguação das denúncias de assédio moral e racismo apresentadas pela Sra. I. C. R. V., funcionária que trabalha na Escola Estadual Ribeirão do Altar, residente na Comunidade Quilombola Tabuleiros; e para que, se constatadas as denúncias de assédio e racismo, sejam tomadas as medidas cabíveis para a condução do caso e a aplicação das devidas sanções aos responsáveis;

nº 14.029/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações complementares às respostas fornecidas ao Requerimento nº 10.754/2022, sobre os convênios de saída realizados com os municípios para a construção de unidades de educação infantil, desde a vigência do PEE; a atuação do Estado em colaboração com os municípios para definição de metas de expansão da educação infantil, especificando-se em que medida o Sucem atende ao dimensionamento da demanda da educação infantil; a relação dos municípios que aderiram ao projeto Mãos Dadas, com o número de escolas estaduais de ensino fundamental transferidas para a rede municipal e o quantitativo de estudantes dessas escolas, inclusive os com deficiência, no momento da transferência, bem como a avaliação da capacidade mínima de atendimento escolar dos municípios, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.768, de 1998, os termos de adesão, instrumentos e convênios firmados com os municípios em relação ao projeto, os valores detalhados dos recursos públicos transferidos pelo Estado, eventuais alterações na infraestrutura e no quadro de pessoal após a municipalização, número de servidores públicos efetivos da educação básica em adjunção ou cessão aos municípios e especificação das doações ou cessões de bens móveis e imóveis aos municípios por meio dessa adesão; as ações da SEE para garantir a consulta à comunidade escolar no redimensionamento do ensino médio; a oferta do ensino médio integrado à educação profissional por programa ou modalidade, especificando-se os cursos técnicos ofertados nas escolas estaduais, no âmbito do Pronatec/Bolsa Formação, do governo federal, e os do programa Trilhas de Futuro, bem como o número de matrículas e concluintes em cada programa; o número de alunos com deficiência que utilizam a sala de recursos na própria escola e quantos precisam se deslocar para utilizá-la, indicando a evolução quantitativa desse dado no período de 2019 a 2024; a evolução do número de profissionais de apoio que atuam na educação especial, em comparação com o número de matrículas de educação especial na rede estadual a partir de 2018; a disponibilidade de infraestrutura de acesso à internet nas escolas para uso dos alunos, professores e gestores escolares, com dados históricos anuais sobre o acesso à internet nas escolas e a relação computador/aluno na rede estadual por escola, por município e por superintendência; a criação do processo de avaliação da qualidade da educação profissional, com os objetivos, prazos e resultados previstos; as ações específicas desenvolvidas para elevação da escolaridade dos segmentos indígena, quilombola, da população do campo e das regiões de menor escolaridade e para a população do estrato de 25% mais pobres; a realização de ações de busca ativa específica para a educação de jovens e adultos; o atendimento escolar no sistema prisional e socioeducativo, especificando-se o número de matrículas em comparação ao número total de jovens em idade escolar nesse sistema e a evolução do percentual de evasão escolar entre alunos que por ele passaram; o atendimento escolar de jovens e adultos, com dados que possibilitem verificar a evolução do acesso e das taxas de conclusão do público de EJA na rede estadual, bem como o levantamento das localidades atendidas e sobre os critérios para a implementação dos planos de atendimento para essa modalidade; as iniciativas adotadas pelo Estado para efetivar o regime de colaboração com os municípios, com informações detalhadas sobre os municípios atendidos e a destinação do financiamento; o andamento e resultados do projeto Desafio do Transporte Escolar Rural; e a quantidade de cursos de formação inicial e continuada ofertados, bem como o número de servidores matriculados e concluintes, discriminados por modalidade;

nº 14.030/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a execução físico-financeira das ações e dos programas relativos à educação no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e na Lei Orçamentária Anual – LOA –, referentes ao período de 2019 a 2024, com indicação dessas ações e programas relacionados ao cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação – PEE;

nº 14.031/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para criação ou ampliação de ferramentas que proporcionem maior transparência na execução de políticas públicas de educação, de forma a facilitar a participação e o controle sociais, quais sejam, viabilização de acesso público ao Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – Simave – por escola, por rede, por município e por superintendência para possibilitar a análise dos dados por todos os interessados; divulgação de dados e informações sobre a infraestrutura das escolas estaduais, abrangendo os seguintes aspectos: estrutura predial, mobiliário, equipamentos, recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, acesso à energia elétrica, ao abastecimento de água tratada, ao esgotamento sanitário, coleta seletiva, bibliotecas ou salas de leitura, espaços para a prática esportiva, laboratórios de ciências, conectividade e acesso a recursos de informática; disponibilização de dados oficiais sobre a natureza da ocupação dos cargos da educação, especificando o percentual da ocupação de cargos por efetivos e por contratos temporários da rede estadual, detalhados por natureza, município, Superintendência Regional de Ensino e escola; elaboração de diagnóstico sobre os conselhos municipais de educação, de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb – e de alimentação escolar quanto à sua infraestrutura, às condições de funcionamento e às ações de formação para seus integrantes, tendo em vista o papel desses colegiados no acompanhamento e monitoramento dos planos de educação dos municípios e na avaliação de compatibilidade e interação com o plano estadual para a garantia do atendimento educacional no território do Estado; divulgação de informações sobre a evolução do investimento público realizado em educação, em relação ao mínimo constitucional global e às demais fontes adicionais de recursos para a educação, bem como sobre a aplicação do Fundeb e o valor-aluno efetivamente investido pelo Estado; divulgação dos recursos do Fundeb e sua destinação, ano a ano, de forma detalhada, especificando-se eventuais saldos apurados ao fim de cada ano; cumprimento dos dispositivos da parte normativa da Lei nº 23.197, de 2018, que dependem de iniciativa de lei por parte do Poder Executivo, entre os quais o da criação de instância permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o Estado e os municípios, para o desenvolvimento conjunto de ações em prol da educação e a instituição de lei específica para normatizar a gestão democrática da educação pública em seu âmbito de atuação, conforme determina o § 5º do art. 8º e o art. 9º da referida lei, respectivamente;

nº 14.032/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas em relatório analítico do cumprimento de metas e estratégias do Plano Estadual de Educação, no período de 2019 a 2024, referenciado em dados e indicadores de fontes oficiais existentes ou de elaboração própria;

nº 14.033/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas ao atendimento da educação infantil – Metas 1 e 5;

nº 14.034/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas ao atendimento do ensino fundamental e educação especial – Metas 2 e 4;

nº 14.035/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas à educação de qualidade e gestão democrática – Metas 7 e 17;

nº 14.036/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em

Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas ao atendimento da educação superior – Metas 12 a 14;

nº 14.037/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas ao atendimento da educação profissional e à elevação da escolaridade de jovens e adultos para atendimento da educação superior e formação dos profissionais da educação básica – Metas 8 a 11;

nº 14.038/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas à valorização e formação dos profissionais da educação básica – Metas 15 e 16;

nº 14.039/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas ao financiamento da educação – Meta 18;

nº 14.040/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Betão, da deputada Lohanna e dos deputados Luizinho e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação relativas ao atendimento do ensino médio e educação de tempo integral – Metas 3 e 6;

nº 14.043/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para que o governo do Estado apresente as ações adotadas quanto ao cumprimento dos procedimentos necessários para garantir a proteção dos profissionais da educação contra situações de violência nas escolas, conforme assegura a Lei nº 22.623, de 27/7/2017;

nº 14.044/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Campus Araçuaí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – pelos 15 anos de sua fundação e dedicação à educação, à ciência e à tecnologia, com atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade;

nº 14.045/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC – pela celebração dos seus 20 anos de fundação;

nº 14.046/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Parque Tecnológico de Belo Horizonte – BH-TEC – pela comemoração dos seus 20 anos de fundação e por ser um ambiente estratégico voltado à pesquisa e à inovação que reúne empresas e centros de pesquisa com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado;

nº 14.047/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Manhuaçu, para debater os impactos do projeto de lei em tramitação na câmara desse município que trata da adesão ao projeto Mãos Dadas do governo do Estado e fazer a escuta da comunidade escolar do município;

nº 14.049/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizado um processo de diálogo e negociação efetiva com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – para tratar da pauta salarial de 2025 da educação básica e das condições de trabalho da categoria, envidando todos os esforços necessários para que as reivindicações possam ser atendidas pelo governo do Estado;

nº 14.057/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Hely Tarquínio, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Lincoln Drumond, Professor Cleiton e Luizinho, em que requerem sejam informados ao secretário de Estado de Educação os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 30/4/2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: Tema 1 – “Medidas adotadas pelo Estado para garantir proteção aos profissionais da educação básica contra situações de violência no ambiente escolar”; e Tema 2 – “Proposta de federalização da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e a venda do seu patrimônio”;

nº 14.067/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe técnica da Casa que acompanhou a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em audiência pública realizada no Município de Alfenas, pelo apoio aos trabalhos desenvolvidos durante o evento; e

nº 14.071/2025, do deputado Luizinho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que se resolva a grave situação de abandono em que se encontra a Escola Estadual Odete Valadares, no Município de Extrema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 15/5/2025

Às 10h8min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, a presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, a importância do Centro de Tecnologia de Vacinas – CT-Vacinas – para a ciência, a saúde pública, a tecnologia e a inovação no Estado e no País e fazer um balanço das suas atividades. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Ana Paula Salles Moura Fernandes, pesquisadora, mestre em ciências biológicas e doutora em parasitologia, professora de microbiologia clínica e biologia molecular da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e membro do Comitê Gestor do CT-Vacinas; Rafaella Fortini Grenfell e Queiroz, pesquisadora associada ao CT-Vacinas e pesquisadora da Fiocruz Minas; e Santuza Maria Ribeiro Teixeira, pesquisadora, membro titular da Academia Brasileira de Ciências e subcoordenadora do CT-Vacinas; e os Srs. Marcelo Marcos Morales, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, membro da Academia Brasileira de Ciências e assessor do senador Marcos Pontes; Renato Alves da Silva, diretor executivo da Hipolabor; Renan Pedra de Souza, pesquisador e membro do Comitê Gestor do CT-Vacinas; Ricardo Tostes Gazzinelli, pesquisador e coordenador do CT-Vacinas; e Rui Rothe Neves, chefe de gabinete da Reitoria da UFMG e professor titular da Faculdade de Letras, representando o pró-reitor de pesquisa e a reitora da UFMG. Registra-se a presença do deputado Leleco Pimentel. A presidenta, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2025.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados João Magalhães e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2025, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, os impactos socioambientais do projeto de ampliação da pilha de estéril do Batateiro – Fase 4 – e de abertura da lavra no corpo Esmeril, na Mina Casa de Pedra, da CSN Mineração S.A., em Congonhas, que se encontra em processo de licenciamento ambiental.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2025.

Tito Torres, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna, Lud Falcão e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 19/5/2025, às 17h30min e às 17h50min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e definir os temas a serem enfatizados nas reuniões do 1º ciclo de 2025 do Prestação de Contas do Governo, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2025.

Ana Paula Siqueira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RELATÓRIO DE VISITA****Comissão de Segurança Pública**

Local visitado: Divisão de Registro de Veículos – DRV –, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 13.742/2025, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 12/5/2025, a Divisão de Registro de Veículos – DRV –, na Cidade Administrativa, localizada na Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, para verificar as condições de trabalho dos servidores da DRV e a estrutura disponibilizada para o atendimento ao público.

O deputado Sargento Rodrigues, presidente da comissão, realizou a visita, que teve a participação de Leonardo Anselmo Alves Dantas, diretor executivo do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol –, representando Wemerson Silva de Oliveira, presidente do Sindpol.

Relato

No início da visita, pôde-se perceber a dificuldade de acesso ao local onde passou a funcionar a DRV, atrás de um dos prédios da Cidade Administrativa, o Edifício Alterosa, sem nenhuma sinalização ou placa indicativa, sendo necessário parar, mais de

uma vez, para obter informações, inclusive porque a atual instalação, conforme se verá ao longo deste relatório, não indica nem condiz com a prestação dos serviços da DRV.

Ressalte-se que a mudança de endereço da DRV (da Rua Miguel Gentil 357, Bairro Nova Gameleira, para a atual localização, na Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde) foi comunicada pela Diretoria de Registro e Licenciamento de Veículos da Superintendência de Veículos – SUV – da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito – CET – em 30/4/2025, para que os serviços prestados pela DRV fossem ali realizados a partir de 5/5/2025 (conforme Comunicação CET/SUV nº 4/2025). Contudo, segundo Leonardo Dantas, os vistoriadores, ao se dirigirem para aquele local, nesta data, sequer iniciaram os trabalhos devido à total falta de condições para tal, dirigindo-se para a área administrativa, no Edifício Gerais, onde permaneciam até o momento de realização da visita. Esclareça-se que a CET integra a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, consoante o inciso XVII do art. 4º do Decreto nº 48.636, de 19/6/2023, o qual dispõe sobre a organização dessa pasta.

Ao chegar, o deputado Sargento Rodrigues pôde de fato constatar a ausência de uma estrutura mínima que permitisse a vistoria de veículos naquele espaço: no canto do estacionamento da parte de trás do Edifício Alterosa, há apenas uma pequena tenda branca e cinco peças de mobiliário tipo escrivaninhas, móveis de metal com uma bancada alta e uma gaveta cada, todos sujos, antigos, enferrujados e estragados e expostos ao ar livre, alguns contendo papéis, flanela e placas velhos e avisos colados com fita durex. Considerou se tratar de um improviso e comentou que os servidores públicos designados para ali trabalharem – cerca de 15 policiais civis especializados – precisam ir para outro prédio, a fim de terem acesso a computadores e sistemas, imprescindíveis para o exercício de sua função, o mesmo ocorrendo em intervalos de descanso ou no horário de refeições, pois no Alterosa não têm acesso a esse tipo de instalações ou facilidades. E assim como os cidadãos que vão em busca do serviço, não têm sequer uma cadeira para assentarem e ficam totalmente desabrigados contra o tempo, expostos ao sol, à chuva, ao frio e ao vento, além de precisarem se deslocar até o interior do Alterosa para a utilização de instalações sanitárias.

O diretor executivo do Sindpol corroborou essas informações, acrescentando que ali não há valetas nem iluminação adequada para a vistoria da parte de baixo dos veículos, indispensável para o serviço a ser prestado: vistorias veiculares especiais, realizadas quando pendências ou irregularidades são inicialmente verificadas ou suspeitas, a exemplo de adulteração de chassi, motor clonado ou indevidamente cadastrado ou falta de item obrigatório. Esclareceu, ainda, que as Empresas Credenciadas de Vistorias – ECVs¹ – não realizam as especiais, que demandam uma *expertise* que os policiais civis vistoriadores de Minas Gerais detêm, sendo reconhecidos pela qualidade de seu trabalho em todo o País. Esclareceu também que a DRV atende não apenas Belo Horizonte, mas todo o Estado quando as Circunscrições Regionais de Trânsito – Ciretrans –, existentes nos demais municípios de Minas Gerais, encaminham casos específicos que demandem uma verificação mais apurada e capacitada ou uma vistoria lacrada, que apenas os policiais civis vistoriadores possuem, além de também vistoriar todos os veículos oficiais. Além disso, Leonardo Dantas informou que são cerca de 300 vistorias especiais por dia e que, mesmo havendo deficiências no antigo endereço, no Bairro Nova Gameleira, havia uma estrutura mínima e suficiente, diferentemente daquele novo local.

O deputado Sargento Rodrigues asseverou tratar-se de uma questão de segurança pública, pois matérias como a adulteração de chassi e veículos clonados devem ser tratadas, de forma qualificada, no âmbito da Polícia Civil, e não por ECVs. Manifestou, ainda, sua avaliação acerca da gravidade e da urgência da situação, pois a prestação do serviço naquela situação improvisada compromete seriamente sua qualidade e a atual paralisação das vistorias especiais, por inexistência de um mínimo de estrutura e pela total ausência de condições de trabalho dos servidores, conforme verificado no local visitado, implica prejuízo para a sociedade e para o cidadão, que se vê também prejudicado pela falta de informações e pela dificuldade de acesso ao novo endereço.

O parlamentar encerrou a visita salientando a sua indignação também com o contexto laboral, o qual considerou inaceitável, a que estão sendo submetidos os servidores públicos, policiais civis, que exercem a função de vistoriadores especializados. Contudo, afirmou que buscaria esclarecimentos acerca da mudança da DRV e todas as suas implicações na audiência

pública que a Comissão de Segurança Pública realizaria no dia seguinte, às 9h30min, no âmbito de sua 14ª Reunião Extraordinária, justamente com a finalidade de debater os problemas enfrentados pelos servidores e usuários da DRV em decorrência dessa transferência do atendimento da unidade do Bairro Nova Gameleira para a Cidade Administrativa, deixando, portanto, as questões a serem respondidas e os devidos encaminhamentos decorrentes para essa ocasião, que contará com a presença de representantes da CET, da Seplag e da Polícia Civil de Minas Gerais como convidados.

Conclusão

A Comissão de Segurança Pública cumpriu o objetivo da visita: averiguar, *in loco*, as condições de trabalho dos servidores da DRV e a estrutura disponibilizada para o atendimento ao público, com o objetivo de constatar a real situação e colher elementos que subsidiem providências e medidas futuras.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2025.

Sargento Rodrigues, relator.

¹As ECVs são empresas credenciadas pela CET que possuem legitimidade para realizar o serviço de vistorias de identificação veicular em Minas Gerais. Fonte: <<https://www.mg.gov.br/servico/solicitar-vistoria-no-veiculo>>. Acesso em: 12 maio 2025.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/5/2025, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Karla Roque Miranda Pires, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 57/2025

Número no Siad: 9447122-1

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Full – Broadcast & Audio – Ltda. Objeto: aquisição de materiais de áudio e vídeo. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: de 22/5/2025 a 18/9/2025, inclusive.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 29/1/2025, na pág. 1, onde se lê:

“Helton Rorigues Borges”, leia-se:

“Helton Rodrigues Borges”.